

IBEROGRAFIAS

47

AS NOVAS GEOGRAFIAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA | 2024

Coordenação:
Rui Jacinto

IBEROGRAFIAS

47

Coleção Iberografias

Volume 47

Título: As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa | 2024

Coordenação: Rui Jacinto

Apoio à edição: Ana Margarida Proença

Autores: Adinei Crisóstomo Almeida; Alan da Silva Vinhaes; Alessandra Maria Vieira Muniz; Amanda Borges Pereira; Ana Lúcia Duarte; Ana Paula Novais Pires Koga; Andrea Barbosa; Andréa Maria Narciso Rocha de Paula; Antonio Nivaldo Hespanhol; Arlete Moyses Rodrigues; Breno de Abreu Lopes; Bruna Dienifer Souza Sampaio; C. Baratta; Camilla Carrea; Carla Taciane Figueiredo; Carlos J. L. Balsas; Daniela Moreira S. Machado; Diogo Laércio Gonçalves; Dirce Maria Antunes Suertegaray; Elaine Santos; Eustógio Wanderley Correia Dantas; Fabíola de Jesus Soares Santana; Felisa Cançado Anaya; Fernando Baptista Pereira; Francisco José Araujo; Gabriel Fiorin Pereira; Giacomo Zanolin; Giampietro Mazza; Graça Moreira; Grete Pflueger; Helena Santana; Henrique Eder Cavalcante Araújo; Humberto Yamaki; Inocencio de Oliveira Borges Neto; Joana Capela de Campos; João Almeida; Joel Antonio Lameco; Joice de Almeida Lima; José Borzacchiello da Silva; José Luis Domínguez Álvarez; José Sampaio de Mattos Júnior; Jucicleide Theodoro da Silva; Laila Alves da Silva; Laura Bernardi; Letícia Roberta Amaro Trombeta; Lúcio Cunha; Luís Manuel Jerez Darias; Luísa Ribeiro; Márcia Aparecida da Silva Pimentel; Maria Clélia Lustosa Costa; Maria Conceição Dantas; Maria da Penha dos Santos Costa; Maria da Penha Vasconcellos; Maria Madalena Ferreira; Maria Veronica Camerada; Messias Modesto dos Passos; Mozart de Sá Tavares Júnior; Natália de Paula Narciso Rocha; Odilon Monteiro da Silva Neto; Pedro Manuel Pereira da Silva Tavares; Pilar Talavera Cordero; Rafael Zilio; Renata Maria Ribeiro; Ricardo Silva; Rogério Coelho; Rosângela Hespanhol; Rosário Santana; Rui Missa Jacinto; Salvatore Lampreu; Sergiana Santos; Silvia Carrus; Tamires Regina Rocha; Thais Helena Gonçalves; Tiago Estevam Gonçalves; Valéria Cristina Pereira da Silva; Vanessa Almeida Suzart dos Santos

Pré-impressão: Âncora Editora

Capa: Sofia Travassos | Âncora Editora

Fotografia: Centro de Estudos Ibéricos

Impressão e acabamento:

1.ª edição: abril de 2024

Depósito legal n.º xxxxx/24

ISBN CEI: 978-989-8676-42-9

ISBN: 978 972 780 924 0

Edição n.º 41047

Centro de Estudos Ibéricos

Rua Socero Viegas n.º 8

6300-758 Guarda

cei@cei.pt

www.cei.pt

Âncora Editora

Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.

1350-179 Lisboa

geral@ancora-editora.pt

www.ancora-editora.pt

www.facebook.com/ancoraeditora

O Centro de Estudos Ibéricos respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas. A opção ou não pelas regras do novo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores.

Apoio:



O Curso de Verão, a leitura do território e o diálogo trans-ibérico	09
Rui Jacinto	
I. PAISAGEM E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	
Dinâmica da paisagem e mudanças do uso e cobertura da terra na raia divisória São Paulo - Paraná-Mato Grosso do Sul, Brasil: uma análise a partir dos dados do projeto MapBiomias	15
Diogo Laércio Gonçalves, Messias Modesto dos Passos	
Mudanças no uso e cobertura da terra no projeto de assentamento corta corda, Santarém, Pará, Brasil: uma análise através de imagens do Projeto MapBiomias	31
Gabriel Fiorin Pereira e Diogo Laércio Gonçalves	
Análise do uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica do Rio São Francisco a partir de dados da plataforma Mapbiomas (1988; 2008; 2021)	49
Ana Paula Novais Pires Koga e Maria Conceição Dantas	
Diagnóstico da paisagem aplicado à gestão de recursos hídricos na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Paranapanema (UGRH-Paranapanema), Brasil	63
Letícia Roberta Amaro Trombeta	
As Transformações Paisagísticas da BR-163 - Uma Abordagem Geo-Foto-Gráfica	81
Messias Modesto dos Passos	
Áreas Protegidas do Baixo Tapajós-PA: abordagem pela perspectiva da paisagem-território	103
Márcia Aparecida da Silva Pimentel	
Paisagem e Território nas Terras da CTNP – Estratégias e módulos de ordenamento	115
Humberto Yamaki	
Impacto das Cheias de 2023 no Rio Pacaás Novos para o Modo de Vida dos Extrativistas residentes na Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos, Rondônia, Brasil	127
Jucicleide Theodoro da Silva; Daniela Moreira S. Machado; Maria Madalena Ferreira; C. Baratta; Lúcio Cunha	
Serviços Ecossistêmicos Hídricos e Avaliação da Qualidade da Água na Bacia Hidrográfica do Córrego Bebedouro, Mato Grosso do Sul, Brasil	149
Bruna Dienifer Souza Sampaio e Ana Paula Novais Pires Koga	
II. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	
Paisagens, Patrimônios e Desenvolvimento. Local: recursos do território e sustentabilidade	167
Graça Moreira	
Relação Cidade-Campo no Município de Rosana-SP: Um estudo histórico sobre a importância da CESP na dinâmica do município	171
Thais Helena Gonçalves e Diogo Laércio Gonçalves	
Relação Cidade-Campo e a Agricultura Urbana e Periurbana em Jundiá-SP	187
Alan da Silva Vinhaes; Antonio Nivaldo Hespanhol; Tamires Regina Rocha	
O baixo Tapajós: da aldeia dos Tapius aos sojicultores	205
Laila Alves da Silva; Messias Modesto dos Passos; Diogo Laércio Gonçalves	

Le Mappe di Comunità entre a educação e o desenvolvimento local.O Projecto Nativi Giampietro Mazza; Giacomo Zanolin; Camilla Carrea; Laura Bernardi	215
Os efeitos do desmanche institucional do PAA e da Pandemia da COVID-19 sobre o associativismo rural na Região de Dracena (São Paulo) Rosângela Hespanhol; Antonio Nivaldo Hespanhol	227
Novos rurais: desafios na atração e retenção de talento em territórios rurais Luísa Ribeiro; João Almeida; Andrea Barbosa	239
Territorialidades, nova cartografia social e povos tradicionais no Brasil Andréa Maria Narciso Rocha de Paula; Adinei Crisóstomo Almeida; Felisa Cançado Anaya; Natália de Paula Narciso Rocha	249
A cartografia participativa no Plano Diretor Municipal (PDM): uma nova abordagem para compreender e transformar territórios Elaine Santos; Rogério Coelho; Maria da Penha Vasconcellos	267
Espaços de Trabalho Colaborativo em Zonas Rurais: moda urbana ou oportunidade de repovoamento? João Almeida; Luísa Ribeiro; Andrea Barbosa	275

III. CIDADE E DINÂMICAS DO ESPAÇO URBANO

Fortaleza e a formação social urbana do Ceará José Borzacchiello da Silva	289
Movimentos Sociais Urbanos e a Conferência Popular pelo Direito à Cidade Arlete Moyses Rodrigues	305
A (IN) sustentável leveza de viver na Comunidade Vila Dois Rios – Ilha Grande – Angra dos Reis- RJ: Territórios e/ou Territorialidades? Carla Taciane Figueiredo; Ricardo Silva; Sergiana Santos	319
Resiliência Urbana: do urbanismo comercial ao consumo sustentável Carlos J. L. Balsas	341
Reestruturação Urbana e Comércio: o Centro Fashion em Fortaleza Alexsandra Maria Vieira Muniz e José Borzacchiello da Silva	351
Produção do espaço: os bens públicos no planejamento urbano de Fortaleza Henrique Eder Cavalcante Araújo; Tiago Estevam Gonçalves; Maria Clelia Lustosa Costa	369
Análise dos principais desdobramentos espaciais do Ensino Superior no espaço urbano de uma Cidade Média Cearense: breves notas Breno de Abreu Lopes; Maria Clélia Lustosa Costa	383
Indústria de calçados e os novos territórios da produção nas pequenas cidades do Ceará, Brasil Maria da Penha dos Santos Costa; Alexsandra Maria Vieira Muniz	391
Temporalidades urbanas em Alcântara – MA- Brasil: de Tapuitapera às ruínas coloniais e espaciais Grete Pflueger	405
Patrimônio Urbano de Primavera (SP) - um olhar para a preservação e para o turismo Renata Maria Ribeiro e Vanessa Almeida Suzart dos Santos	417
Patrimônio Mundial: conceitos, discursos, práticas e dinâmicas Joana Capela de Campos	431

IV. SOCIEDADE E TERRITÓRIO

Políticas da educação superior e o perfil dos estudantes: o caso da UEMA Fabíola de Jesus Soares Santana e José Sampaio de Mattos Júnior	453
Desequilibrios socioeconómicos y repercusiones territoriales. Un análisis comparativo entre Cerdeña y Canarias Salvatore Lampreu; Luis Manuel Jerez Darias; Maria Veronica Camerada; Silvia Carrus	467
Concepção dos Coordenadores de Cursos de Licenciatura sobre os indicadores de qualidade do SINAES Ana Lúcia Duarte	485
Da fronteira do capital à fronteira abissal na Amazônia: a construção do "Amazonismo" e suas repercussões em conflitos geoepestêmicos Rafael Zilio; Joice de Almeida Lima	499
A dinâmica do conceito fronteira. Um estudo na perspectiva da fronteira entre Moçambique e Tanzânia Joel Antonio Lameco	513
Cooperación transfronteriza y despoblación: instrumentos jurídico administrativos para conseguir la integración territorial Pilar Talavera Cordero e José Luis Domínguez Álvarez	529
Qual o rei para o atual tabuleiro de xadrez: democracia e um paradoxo para as contradições Francisco José Araujo	545

V. ARTE, CULTURA E LEITURAS DO TERRITÓRIO

As bandas filarmónicas enquanto espaços de criação, recriação e cultura: o caso particular da Filarmónica Gratidão Riotortense Helena Santana e Rosário Santana	567
A toponímia indígena da Paraíba: significado, persistência e mudança dos nomes das sedes de município Inocencio de Oliveira Borges Neto; Dirce Maíra Antunes Suertegaray; Amanda Borges Pereira	585
D Joana de Áustria, La Princesa: As influências culturais entre as Cortes Ibéricas e a evolução da forma de representação régia feminina durante o século XVI Fernando Baptista Pereira; Pedro Manuel Pereira da Silva Tavares	613
Turismo, Interdisciplinaridade e Experiência: uma viagem, muitas lições Renata Maria Ribeiro	627
Devoção franciscana no Ceará e sua inserção como patrimônio imaterial brasileiro Eustógio Wanderley Correia Dantas e Odilon Monteiro da Silva Neto	641
Literatura, Cinema e Street Art como Poéticas da Cidade: Paisagens, Imagens e Vivências Urbanas Valéria Cristina Pereira da Silva; Mozart de Sá Tavares Júnior; Rui Missa Jacinto	651

Desequilibrios socioeconómicos y repercusiones territoriales. Un análisis comparativo entre Cerdeña y Canarias

Luis Manuel Jerez Darías¹

Salvatore Lampreu²

Maria Veronica Camerada³

Silvia Carrus⁴

Introducción

Uno de los principales problemas que debe afrontar con determinación la Unión Europea (UE) en los próximos años, tiene que ver con los desequilibrios socioeconómicos y sus repercusiones territoriales. De esta relación se deriva una amplia gama de desigualdades como puede ser, entre otras, la imposibilidad de acceso de algunos segmentos de la población a determinados bienes, servicios y oportunidades de desarrollo con los que cuentan otros colectivos (Garau et al., 2021). Es un fenómeno que trasciende al marco europeo para tomar una dimensión global; de ahí que la Agenda 2030 de la ONU haga referencia en su objetivo 10, a la reducción de las desigualdades entre países y en el interior de los mismos.

Desde hace varias décadas, académicos del calibre de Cole (1993) vienen denunciando cómo el desequilibrio entre regiones ricas y pobres se estaba convirtiendo gradualmente en una de las principales emergencias de la era contemporánea. Se trata, ciertamente, de un fenómeno complejo que no ha dejado de cuestionar a estudiosos de diferentes disciplinas y que, desde el punto de vista de las ciencias regionales, toma en consideración algunos elementos clave como la relación entre la distribución de la población, los recursos territoriales y las fuerzas productivas.

La voluntad de superar las diferencias entre regiones, reduciendo al mismo tiempo el retraso de las más desfavorecidas, se retrotrae a los Tratados de Roma de 1957, por los que se creaban la Comunidad Económica Europea (CEE) y la Comunidad Europea de la

¹ Departamento de Geografía e Historia – Universidad de La Laguna. – ljerez@ull.edu.es

² DUMAS – Universidad de Sassari. – slampreu@uniss.it

³ DUMAS – Universidad de Sassari. – vcamerada@uniss.it

⁴ DUMAS – Universidad de Sassari. – scarrus@uniss.it

Energía Atómica (Euratom). A distancia de casi setenta años de ese momento histórico, los 27 Estados miembros de la UE aún se enfrentan a desafíos complejos relacionados con el fortalecimiento de la competitividad sostenible e inclusiva del territorio europeo. En un contexto cada vez más interconectado y cambiante los desequilibrios territoriales se vuelven más apremiantes, y dentro de los países y regiones de la Unión se vuelve urgente encontrar nuevas soluciones de desarrollo capaces de acercar áreas más competitivas con áreas marginales y poco atractivas, a menudo afectadas por problemas demográficos (Lampreu, 2023).

A la luz de estas premisas, en este trabajo abordamos el análisis de dos espacios insulares europeos: el de la isla de Cerdeña en el mar Mediterráneo, y el de las islas Canarias en el océano Atlántico; dos territorios periféricos en el contexto regional de la UE. A pesar de la situación geográfica de ambos territorios (Cerdeña como primera periferia meridional europea y Canarias como región ultraperiférica), en ellos podemos percibir problemas geodemográficos comunes, a saber: despoblamiento y envejecimiento de las zonas rurales interiores, y concentración económica y poblacional en determinadas zonas costeras. Todo ello determinado, en gran medida, por el modelo económico que caracteriza a tales islas; subordinado, aunque con las debidas diferencias, al turismo.

La investigación, tras un encuadramiento de la cuestión demográfica a nivel europeo y de algunas políticas públicas y estrategias adoptadas contra la despoblación a escala nacional (apartado 2), sigue con la explicación de la metodología de análisis y de las fuentes (apartado 3) y con la discusión de los resultados (apartado 4). Por último, en el apartado 5, se exponen algunas consideraciones finales.

Cuestiones demográficas en zonas periféricas y ultraperiféricas de la UE

En Europa, los desequilibrios socioterritoriales adquieren diversas dimensiones. Una de ellas, es la geodemográfica, la cual, tiende a mostrarse de manera dialéctica. De una parte, la despoblación de grandes extensiones de territorio, en particular, de las denominadas zonas marginales, periféricas y rurales. De otra, el crecimiento de las zonas urbanizadas, a menudo caracterizadas por una concentración desmedida de población que difumina las fronteras físicas entre el espacio urbano y el rural al calor del crecimiento de las periferias metropolitanas. Ambos fenómenos, la despoblación de las zonas rurales y el crecimiento de las ciudades, dan lugar a problemas de diferente naturaleza, cuya resolución debe pasar por una sinergia más intensa entre ámbitos geográficos que deberían estar más interconectados.

Un examen más profundo de las cuestiones críticas que afectan a los espacios en proceso de despoblación, revela que se trata de una problemática de compleja resolución,

dado que, es causa y efecto de otros fenómenos demográficos que se retroalimentan entre sí, como son el proceso de envejecimiento y la escasa natalidad. Y a estos tres problemas se unen otros (como la falta de servicios para la población residente, insuficientes oportunidades de empleo y escasa capacidad empresarial) que amplían el cuadro de obstáculos a resolver (REDR, 2018; Lampreu, 2022). Asimismo, en los espacios de concentración se manifiestan otros problemas preocupantes como la pobreza generalizada, la exclusión social, el desempleo, la contaminación, etc. que también requieren de una atención urgente.

Categorías geográficas como las de las áreas internas y las periferias metropolitanas han sido observadas durante mucho tiempo por los responsables políticos europeos encargados de encontrar soluciones a las criticidades mencionadas y por importantes instituciones internacionales como, por ejemplo, Espon (Prezioso, 2018; Scanu et al., 2019). En este propósito, numerosos estudios y documentos suelen denominar a estos espacios como zonas deprimidas, afectadas por crisis estructurales y, en una palabra, como regiones en contracción (ESPON, 2017; 2020). Según Eurostat, la población total de la UE aumentó en el periodo 2001-2020 de 429 millones a 447 millones en casi diez años. Sin embargo, este crecimiento no se produjo con la misma intensidad en todas partes: algunos estados registraron un aumento de población, mientras que otros sufrieron un importante descenso demográfico.

Con la llegada de la pandemia, la tendencia al aumento de la población europea sufrió un retroceso. Entre 2020 y 2022, la diferencia de población de los 27 países fue de -749.940 habitantes. De entre ellos, Italia ha sido uno de los que ha presentado mayores pérdidas, con un descenso de 611.355 habitantes. Al 1 de enero de 2023, se produce una recuperación, con una población total de la UE de 448.387.872 habitantes. Sin embargo, la distribución de la población en las diversas regiones de la Unión es irregular. Atendiendo a las categorías territoriales identificadas por Eurostat para dividir el espacio europeo (zonas rurales, intermedias y urbanas), se puede apreciar la relación inversa entre superficie y población. Las zonas rurales son las que representan una superficie mayor, pero, al mismo tiempo, son las que reúnen una población menos numerosa; situación que contrasta con la realidad de las zonas intermedias y las ciudades.

Es conveniente subrayar que, en el octavo informe sobre la cohesión económica, social y territorial (UE, 2022, p. 187), se especifica que la UE aún no se encuentra en una fase de declive demográfico, aunque una de cada tres personas reside en una región que ha registrado descensos demográficos en la última década. Debido a la disminución de la tasa de fertilidad por debajo del umbral de renovación desde hace cuarenta años, se espera una reducción más acentuada de la población europea en las próximas décadas. En consecuencia, la estructura de la población también estará sujeta a toda una serie de cambios relacionados con el aumento de la esperanza de vida y el envejecimiento de los *baby booms*. En los próximos años la población mayor de 65 años aumentará en todas las regiones y,

por otro lado, el número de personas jóvenes, aquellas en edad de trabajar, disminuirá aún más. Estas dinámicas podrían causar problemas en los equilibrios de los sistemas socioeconómicos de varios países.

Nuevamente, el informe sobre la cohesión nos indica que, en el período 2010-2019, la población europea creció un 1,9 por cada 1000 habitantes al año, lo que supuso un ritmo inferior al registrado en la década anterior, el cual presentó una tasa de 2,9 por 1000. Nuevamente, en los últimos diez años, la variación natural de la población ha sido negativa (-0,3 por 1000 habitantes), pese a ser compensada por la inmigración neta (2,2 por 1000 habitantes). El principal aumento de población se registró en las regiones del noroeste de Europa, mientras que los países del sur sufrieron la disminución más significativa (fig. 1).

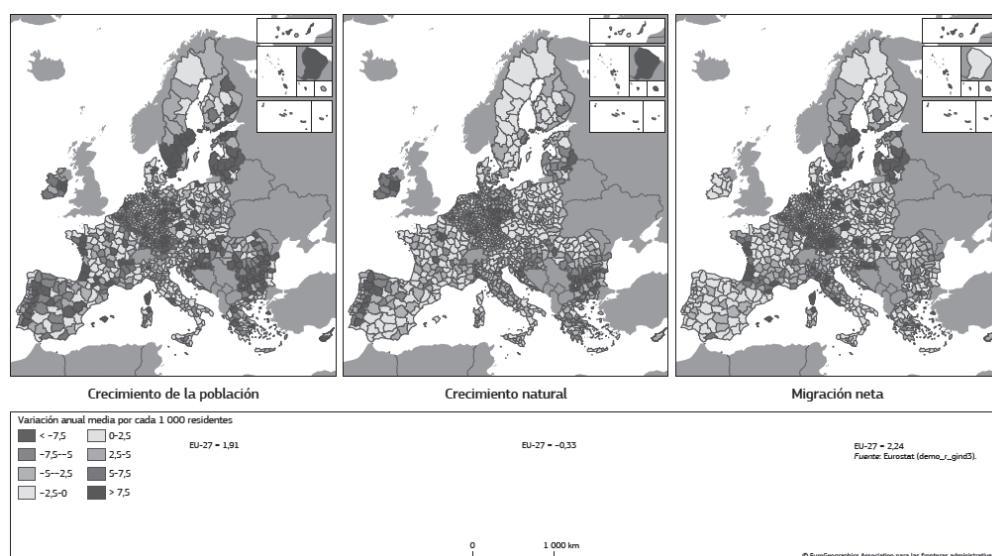
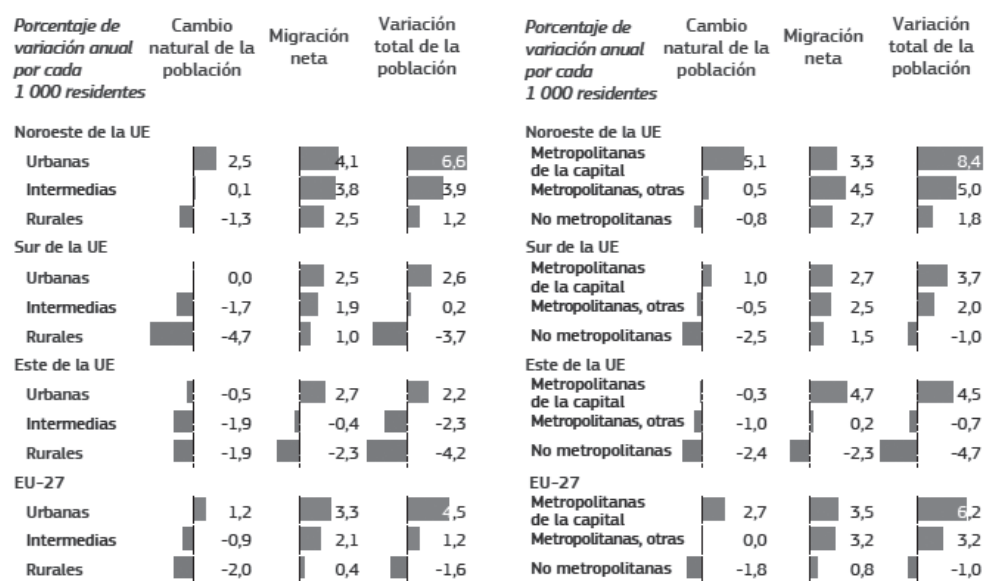


Fig.1. Crecimiento total de la población, crecimiento natural y migración neta, 2010-2019. Fuente: UE, 2022, p. 190.

Como se sabe, los movimientos de población generan desequilibrios, especialmente en detrimento de determinadas zonas, como las rurales (Breschi, 2013; Brundu, 2017). Observando el cambio demográfico global de la UE 27, queda claro que, frente a + 4,5 por 1000 habitantes en las zonas urbanas y + 1,2 por 1000 habitantes en las zonas intermedias, hay situaciones de descenso, especialmente en las zonas rurales con - 1,6 por 1000 habitantes. Estos valores son más acentuados en los países del sur de la UE, donde un aumento de la variación de la población urbana igual a 2,6 corresponde a un ligero aumento de la población en las zonas intermedias (+ 0,2) y una caída drástica de la población en las zonas rurales (-3,7). Las únicas regiones en las que el cambio demográfico general es positivo son las del noroeste de Europa (fig. 2).



Fuente: Eurostat [demo_r_gind] y cálculos de la DG REGIO.

Fig.2. Crecimiento vegetativo de la población, migración neta y crecimiento total de la población por tipología regional urbana-rural y por tipo de región metropolitana durante los años 2010-2019. Fuente: UE, 2022, p. 191.

La cuestión de la despoblación y el descenso demográfico en las zonas rurales está adquiriendo una importancia creciente dentro de las políticas públicas de varios países y regiones europeas. Se trata de un fenómeno que trae consigo graves consecuencias, entre ellas, la pérdida de capital identitario, de conocimientos y técnicas productivas, la exposición del medio ambiente al peligro de incendios, al abandono de residuos y a la acción especulativa del mercado.

Entre las políticas más recientes adoptadas en Italia (tras los países más afectados por el fenómeno), cabe mencionar la Estrategia Nacional para las Áreas Internas (SNAI), promovida por el Ministerio de Cohesión Territorial desde 2012⁵. Esta estrategia, lanzada en

⁵ Las áreas internas de Italia están formadas por pequeños municipios que reflejan la complejidad de un territorio muy diversificado, moldeado por influencias naturales y humanas que se han sucedido a lo largo del tiempo. Estas zonas se encuentran significativamente alejadas de centros urbanos o de lugares donde se dispone de servicios esenciales para garantizar los derechos de los ciudadanos, como la sanidad, la educación y el transporte. Al mismo tiempo, protegen valiosos recursos ambientales y culturales. Es precisamente este conjunto de recursos, que en conjunto constituyen un capital territorial rico y subutilizado, el que está en el centro de la Estrategia Nacional de Áreas Internas (SNAI). El principal objetivo es promover procesos de regeneración en estas zonas, creando oportunidades de empleo, contrarrestando el descenso demográfico y promoviendo nuevas formas de desarrollo local con un enfoque local. La identificación de estas áreas se produce a través de un conjunto de indicadores que tienen en cuenta variables cuantitativas y cualitativas. Estos indicadores permiten dividir los municipios italianos en diferentes categorías en función de su distancia a los centros de servicios. La distancia, medida en términos de tiempo de viaje, determina el grado de "internalidad". Por ejemplo, se consideran "cinturón" los municipios ubicados a menos de 20 minutos de los centros urbanos, mientras que aquellos con tiempos de viaje entre 20 y 40 minutos se clasifican como "intermedios". Los municipios que se

una fase experimental durante el ciclo de programación anterior, prevé la asignación de importantes recursos financieros en favor de algunas zonas experimentales seleccionadas en todas las regiones italianas para crear intervenciones capaces de invertir las tendencias demográficas en descenso (Meloni, 2015; Cavuta, Ferrari, 2018).

Asimismo, en el caso de España, se aprobó en 2017 la Estrategia Nacional frente al Reto Demográfico, en la que se recogió el Plan de Medidas ante el Reto Demográfico, una iniciativa que contempla 130 actuaciones orientadas a luchar contra la despoblación y garantizar la cohesión social y territorial del país.

Las estrategias mencionadas se encuadran en un marco más amplio de intervenciones promovidas a nivel comunitario y apoyadas a través de las políticas de cohesión para fomentar el crecimiento inteligente, sostenible, inclusivo y conectado de las regiones europeas, facilitando así aquellas vías de desarrollo destinadas a fortalecer la competitividad general de toda la UE.

Metodología y fuentes

Este trabajo pretende realizar una comparación entre dos áreas que participan de puntos comunes – entre ellos, la dimensión insular y el hecho de estar vinculadas a la economía turística – para poner de relieve cómo determinados procesos socioeconómicos han conducido a generar desequilibrios geo demográficos. Por lo tanto, será interesante analizar el fenómeno, teniendo en cuenta las acciones promovidas por las instituciones locales con respecto a las especificidades geográficas de los territorios examinados.

Para realizar la investigación, partimos de un análisis de la literatura y, sobre todo, de los documentos de carácter técnico-administrativo que regulan y describen la situación demográfica a nivel europeo, poniendo el foco en el problema de la despoblación que afecta a diversas regiones de la UE.

Una vez trazado el marco de referencia, el trabajo profundiza en los casos concretos de Cerdeña y Canarias, a través de encuestas, análisis y representaciones de datos territoriales y socioeconómicos.

Los datos y la información obtenidos proceden, principalmente, de documentos técnicos y políticos, y de fuentes oficiales como Eurostat, Istat, Instituto Nacional de Estadística (INE) e Instituto Canario de Estadística (ISTAC), Sardegna Statistiche, etc.

Las técnicas utilizadas son las propias de la geografía económica, tales como, el análisis indicadores económicos y estadísticos, junto a las representaciones cartográficas.

encuentran entre 40 y 75 minutos de distancia se denominan “periféricos”, mientras que aquellos que requieren más de 75 minutos de viaje se definen como “ultraperiféricos” (Mónaco, Tortorella, 2015).

Resultados

Cerdeña: una isla en declive demográfico

La región de Cerdeña, situada en el Mediterráneo centro-occidental, tiene una superficie de poco más de 24.000 kilómetros cuadrados y una población total de casi 1.600.000 habitantes. Su densidad es muy baja (66 habitantes por kilómetro cuadrado) y está compuesta por 5 provincias y 377 municipios. Los índices demográficos y estructurales para el año 2022, como el de vejez (241,77), el de dependencia estructural (57,23), la tasa de natalidad (5,2) o de mortalidad (11,7), expresan un grave estado de debilidad que requiere medidas urgentes.

La población de Cerdeña comenzó a crecer a un ritmo acelerado especialmente durante el siglo XX junto con la mejora de las condiciones sanitarias (en particular gracias a la erradicación de la malaria, una de las principales causas de muerte en la isla) y las condiciones económicas. El período del llamado *boom económico* que afectó a Italia después de la Segunda Guerra Mundial, impulsado por la reconstrucción, favoreció también el nacimiento de procesos de modernización en Cerdeña con el surgimiento de los primeros asentamientos industriales, ubicados principalmente a lo largo de las costas. En este período también comenzó a desarrollarse el turismo, inicialmente como un fenómeno de élite y luego de masas (Mazzette, 2002). El modelo predominante, ya entonces, era el de sol y playa, gracias a la singularidad del mar de Cerdeña y a la gran variedad de playas.

Sin embargo, si la economía de la Isla hasta la década de 1950 siguió estando en gran medida ligada a los sectores de la agricultura y la ganadería, la aparición de nuevas actividades económicas, el fortalecimiento del sector terciario, el aumento de la escolarización y los cambios en los estilos de vida, han llevado gradualmente a una menor frecuentación del medio rural.

Cabe subrayar que, durante mucho tiempo, las zonas rurales se consideraron poco atractivas en comparación con las ciudades, que representaban, en cambio, los centros de la modernidad y la emancipación, al menos hasta la crisis del modelo industrial fordista.

Según el censo nacional de 1971, el 52% de los sardos vivían en municipios no costeros y, sin embargo, sólo 10 años después, se registró una inversión de tendencia provocada por el progresivo desplazamiento de la población desde las zonas del interior hacia las costas (Battino, Lampreu, 2017).

Estos movimientos de población, que continuaron en las décadas siguientes, se deben principalmente a que la isla está formada en su mayoría por pequeños municipios (algunos de unos pocos cientos de habitantes) y las ciudades están situadas casi todas en la costa; además, un amplio segmento de la población encuentra empleo en el turismo y en las actividades relacionadas, y, dado que el modelo de sol y playa es predominante, está claro que la industria turística se ubica principalmente en las zonas costeras. En los últimos diez

años, sólo algunos municipios costeros han visto crecer su población (en la carta de la fig. 4 están pintados en verde), mientras que la mayor parte de los pueblos del interior han seguido sufriendo un descenso demográfico. Sin embargo, si antes eran las zonas internas las que se estaban despoblando, podemos observar cómo incluso las grandes ciudades se están desacelerando en los últimos tiempos. De todas maneras, en Cerdeña, el problema demográfico permanece alarmante. Hace unos años, un estudio de la Región señalaba el riesgo de extinción de 31 municipios para 2080. Éstos se corresponden con municipios rurales y del interior, a los que se suman otros 47 en grave estado de crisis demográfica (fig. 3).

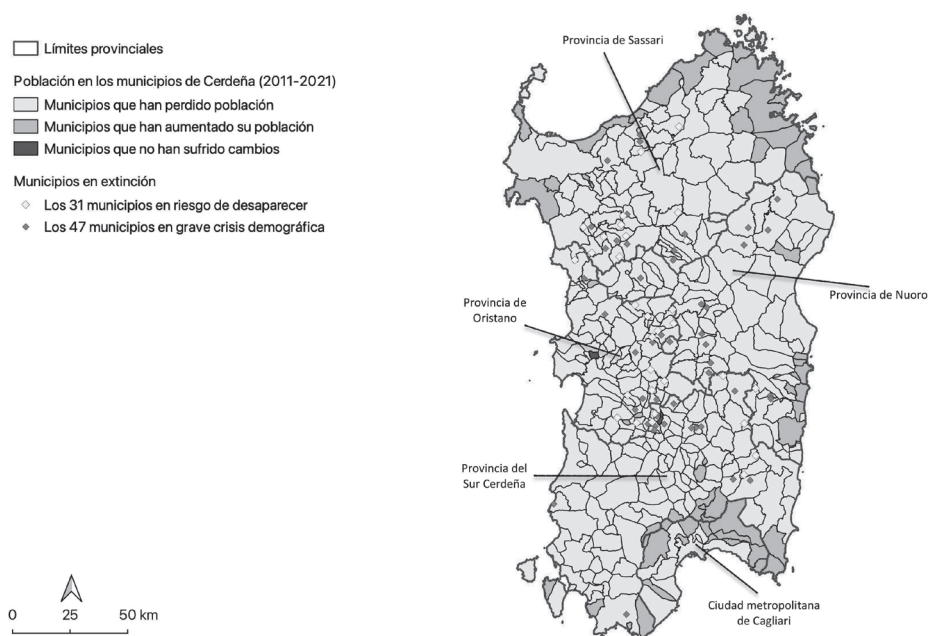


Fig. 3. Evolución demográfica de los municipios de Cerdeña (2011-2020). Fuente: ISTAT, 2022; RAS, 2013. Elaboración propia.

En 2022, no se registraron nuevos nacimientos en 29 municipios sardos y en la mayoría de los demás municipios de Cerdeña se confirma que la tasa de natalidad es significativamente baja.

A pesar de estos aspectos críticos, todo el territorio insular parece estar dotado de un amplio y rico capital cultural y ambiental representado por museos, yacimientos arqueológicos, monumentos, parques naturales etc. Sin embargo, a pesar de esta gran cantidad de recursos ampliamente diversificados, que podrían desembocar en nuevos productos turísticos que respondan a nuevos segmentos de demanda (pensemos en todo el movimiento del turismo lento o en los viajeros interesados en el contacto con las comunidades y tradiciones locales), Cerdeña sigue atrayendo principalmente por el mar. Esto, ciertamente,

tiene repercusiones, no sólo en términos económicos, sino también en términos de presión antrópica.

Debido a las condiciones climáticas de la región y al sistema vacacional que existe en el mundo laboral en Italia, caracterizado por vacaciones concentradas en los meses de julio y agosto también ligadas al cierre de las escuelas, el turismo en Cerdeña sufre una fuerte estacionalidad. La curva de llegadas detectada en 2022, que refleja la situación pre-covid por la vuelta a la normalidad, destaca cómo el pico turístico se registra de junio a septiembre (fig. 4).

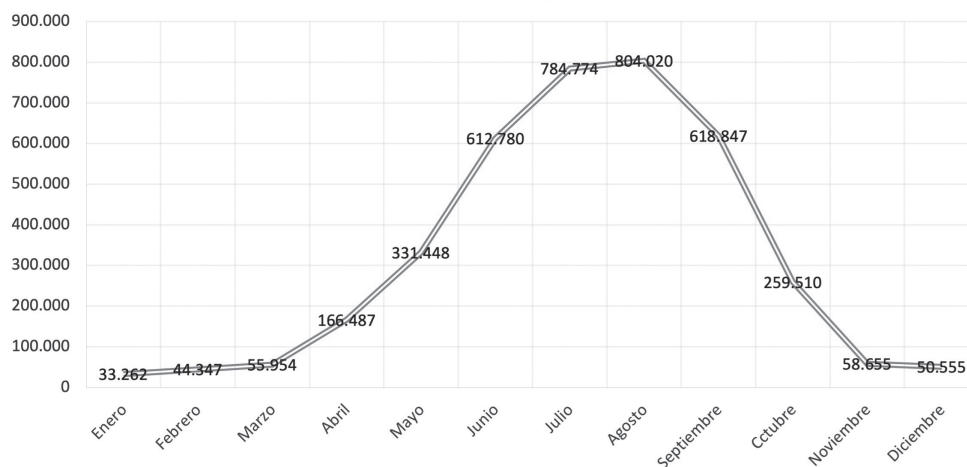


Fig. 4. Llegadas de Turistas a Cerdeña (2022). Fuente: RAS, 2022. Elaboración propia.

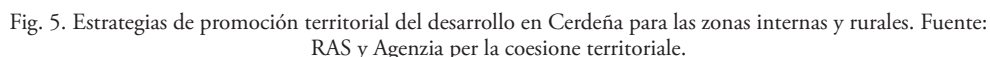
Aunque el turismo representa un componente importante de la economía de Cerdeña, es poco probable que pueda garantizar trayectorias sostenibles a largo plazo si no se cruza con otras actividades productivas y vocaciones territoriales.

Esto, de hecho, permitiría dar valor e importancia a aquellos elementos identitarios que a lo largo del tiempo han configurado el perfil histórico y geográfico de la región y que, precisamente por el abandono y la despoblación, corren el riesgo de perderse inexorablemente.

Lejos de querer practicar una explotación incontrolada de los recursos territoriales – que evidentemente no pueden concebirse sólo en términos de rendimiento económico sino también de protección, precisamente por su naturaleza y sus funciones –, la perspectiva de dar forma a nuevos productos turísticos capaces de interconectar las comunidades locales, el medio ambiente y los bienes culturales tangibles e intangibles, podría ser una opción válida para diversificar la economía, ofrecer oportunidades de empleo, involucrar a las poblaciones en los procesos de desarrollo territorial, etc.

Siguiendo este enfoque, en los últimos años se han promovido en Cerdeña diversas estrategias que tenían precisamente esta ambición: mejorar el tejido social y económico

Entre las principales políticas adoptadas, cabe mencionar tres: 1) Las estrategias de desarrollo rural llevadas a cabo a través de los GAL; 2) la Programación territorial promovida por la Región de Cerdeña; 3) la experimentación de la SNAI (fig. 5).



1. En cuanto a los planes de desarrollo local promovidos por los GAL con el enfoque participativo CLLD, en Cerdeña hay 17 en los que se prueba el método LEADER. Financiados con 94 millones de euros, involucran a 282 municipios, el 69% de la superficie regional y una población de 550.000 habitantes. Si analizamos las áreas temáticas perseguidas, observamos que el 48% de los recursos se destinan al turismo sostenible y a la valorización del patrimonio cultural del patrimonio artístico.

2. La programación territorial es una herramienta de planificación mixta *top down/ bottom up* con la que la Región, a través de los fondos estructurales y de forma coherente con los documentos políticos adoptados en el ciclo 2014-2020, apoya las propuestas de desarrollo local sostenible impulsadas por las mancomunidades de forma individual o asociada. Contamos con 37 mancomunidades involucradas, 26 propuestas de proyectos presentadas, y 295 municipios implicados. Por los 26 proyectos aprobados hay una cobertura financiera de 400 millones de euros. Del análisis de las propuestas se desprende que la

mayoría de estos territorios muestran un fuerte interés en el desarrollo turístico integrado, considerándolo un componente importante capaz de contrarrestar el abandono territorial si se combina con producciones tradicionales y un patrimonio cultural difuso.

3. La SNAI se actúa en dos áreas geográficas elegidas durante el ciclo de programación 2014-2020 tras un profundo proceso de selección basado en indicadores cualitativos y cuantitativos: se trata de dos uniones de municipios del interior, de pequeño tamaño y limítrofes entre sí, que implementan una estrategia común. Para ello recurren a un sistema de gobernanza multinivel que involucra a diferentes actores y se basa en algunos pilares entre los que se encuentra el desarrollo del turismo acordes a las necesidades del territorio. Los dos ámbitos territoriales recibieron, respectivamente, 15 y 9 millones de euros cada uno para iniciar las intervenciones previstas y aún en curso; Mientras tanto, la SNAI ha sido renovada y ampliada a nivel nacional también para el período 2021-2027, previendo una ampliación de las zonas en las que llevar a cabo la experimentación, que también será mayor en Cerdeña.

Canarias: crecimiento demográfico y proceso de litoralización

La principal característica geodemográfica de las islas Canarias es la desigual distribución de la población según islas. Nuestra región no es un espacio territorial unificado, sino que se compone de ocho islas que determinan un reparto diferencial de la población. De una parte, las llamadas “islas turísticas” de Tenerife, Gran Canaria, Fuerteventura y Lanzarote⁶, que concentran el 95% de la población regional; y, de otra parte, las llamadas “islas verdes” de La Palma, La Gomera y El Hierro, donde reside el restante 5%.

Desde hace ya bastantes décadas, la población de Canarias no ha parado de crecer y las proyecciones demográficas posicionan al Archipiélago como una de las regiones de mayor crecimiento previsto dentro de la UE para los próximos años. En la actualidad, derivado de ese crecimiento y escasa superficie, Canarias se posiciona como la tercera comunidad autónoma con mayor densidad de población de España. Su comportamiento demográfico es el propio de las regiones del mundo desarrollado, esto es: baja natalidad y mortalidad, baja fecundidad y alta esperanza de vida. Por lo que el crecimiento natural o vegetativo del Archipiélago es negativo, siguiendo la tendencia general de buena parte de las regiones de la Unión Europea.

No obstante, el valor negativo de su crecimiento natural no lo es tanto por una elevada mortalidad, sino por un descenso acusado de la natalidad. De este modo, presenta una

⁶ Vinculada administrativamente a Lanzarote, se encuentra la isla de La Graciosa, la cual conforma la octava isla del Archipiélago.

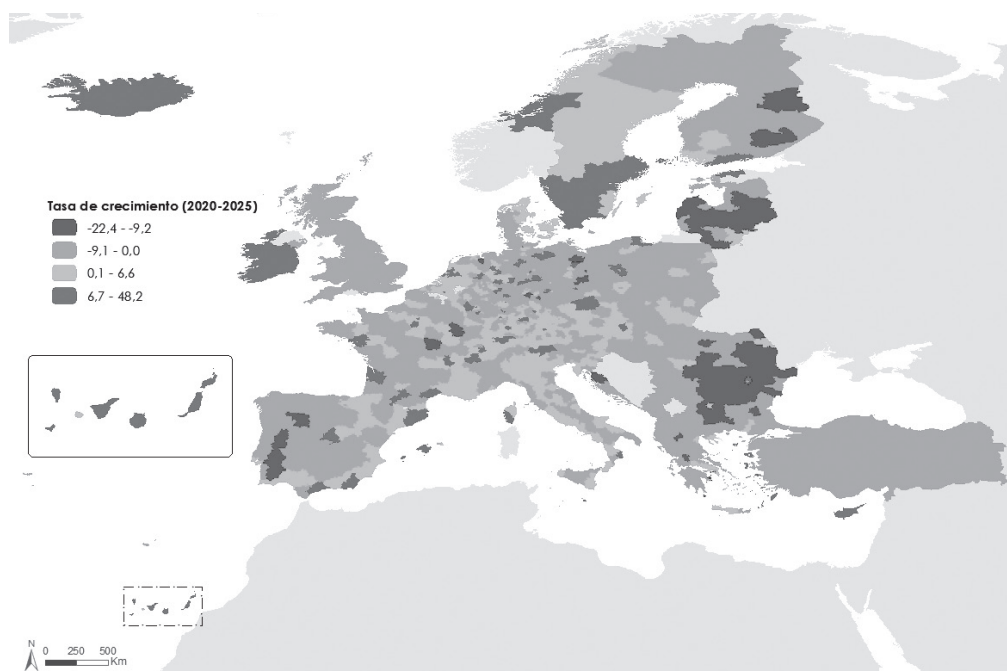


Fig. 6. Tasa de crecimiento previsto por Nuts-3 en Europa (2020-2025). Fuente: Cartografía (GISCO). Cifras de población (Eurostat). Elaboración propia.

baja fecundidad, (0,9 hijos por mujer) que no garantiza el reemplazo generacional, el cual, debe ser superior a 2,2 hijos/as por mujer. Esto ha repercutido en el progresivo envejecimiento de la población de las islas, de tal modo, que el número de ancianos en Canarias se ha incrementado un 100% en el periodo 1975-2022.

Tabla 1. Principales indicadores demográficos de Canarias

Islas	Índice sintético de fecundidad 01/01/2019	Tasa de natalidad (%) 01/03/2021	Tasa de mortalidad (%) 01/03/2021	Índice de vejez (%) 01/01/2022	Índice de dependencia (%) 01/01/2022
Lanzarote	1,1	7,00	5,20	13,27	37,46
Fuerteventura	1,1	7,40	4,60	11,8	35,43
Gran Canaria	0,9	5,70	8,50	17,43	40,93
Tenerife	0,9	5,70	7,90	17,57	42,46
La Gomera	0,9	5,30	9,40	22,64	47,93
La Palma	0,9	4,90	11,00	21,52	48,11
El Hierro	0,9	6,20	10,60	23,04	50,94
Canarias	0,9	5,90	7,90	120,7	41,39

Fuente: ISTAC. Elaboración propia.

Por tanto, en Canarias se desarrolla un proceso en el que se conjugan el crecimiento y el envejecimiento demográficos, quedando al margen, en términos generales, de la afectación del despoblamiento propio de muchas regiones periféricas españolas y europeas. En

todo caso, de lo que sí podemos hablar es de estancamiento demográfico de algunas zonas de las islas, fundamentalmente, las conocidas como zonas de medianías⁷ e interiores insulares, es decir, aquellas de mayor raigambre rural o menos favorecidas por el actual contexto socioeconómico. En estos espacios, la pérdida de habitantes es una causa y, al mismo tiempo, consecuencia de su estancamiento socioeconómico y progresivo envejecimiento. Frente a esto, la población de las islas ha tendido a concentrarse en la franja costera. Casi el 90% de la población de Canarias reside entre los 0-500 metros de altitud, de los que el 75% lo hace entre los 0-300 metros.

En la actualidad, la línea de actuación que se pretende implementar desde las instituciones públicas canarias para reducir los desequilibrios geodemográficos de las islas se insertan dentro la Estrategia Nacional frente al Reto Demográfico aprobada por el gobierno central en enero de 2017. Dicha estrategia recoge un Plan de Medidas con 130 actuaciones orientadas a luchar contra la despoblación y garantizar la cohesión social y territorial de las diferentes regiones del país. En el caso de Canarias aún se está en la fase de diagnóstico, por lo que no podemos hacer balance de ninguna acción específica. Llevará algunos años medir el grado de eficacia de las mismas. Pero, todo parece indicar que se seguirá, en lo fundamental, la línea estratégica diseñada en el Plan Nacional con las evidentes adaptaciones a la realidad insular. En este sentido, tres ejes son los que van a dirigir las acciones encaminadas a afrontar el reto demográfico del Archipiélago en los próximos años:

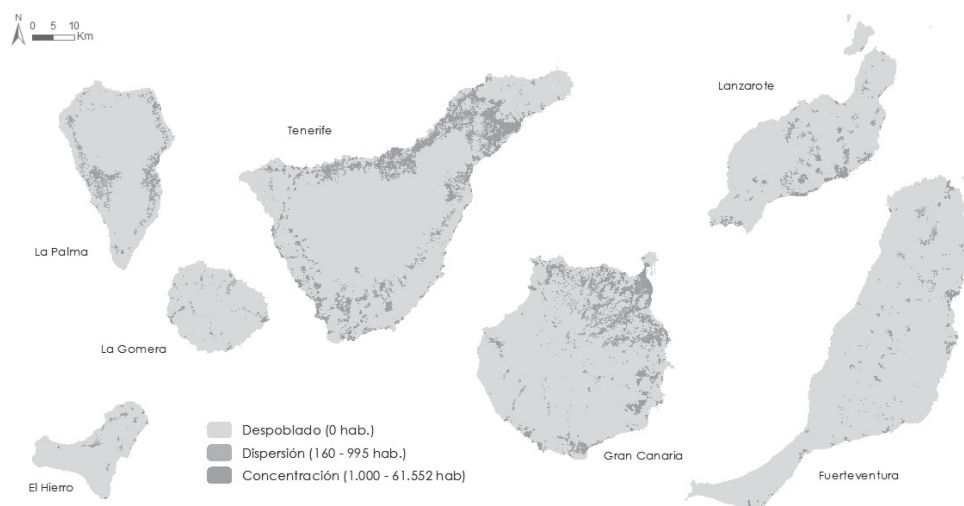


Fig. 7. Concentración-dispersión poblacional en Canarias (2022). Fuente: ISTAC. Elaboración propia.

⁷ En Canarias la zona de medianías es la que se corresponde franja 500-900 metros de altitud, variando en los límites según sea la vertiente de barlovento o sotavento. Históricamente se configuró como la zona de desarrollo de una agricultura de policultivos de autoabastecimiento.

- *A) El envejecimiento demográfico.* En Canarias, los grupos de edad de 40-60 años son los más numerosos en todas las islas, pero en las de El Hierro, La Gomera y La Palma el proceso de envejecimiento es más notable, mostrando importantes contingentes poblacionales en los grupos de mayor edad y menos en los infantiles. Esta realidad también se manifiesta en la escala municipal y local.
- *B) La problemática territorial.* Ésta gira en torno a la relación concentración-estancamiento-dispersión de la población en el espacio insular del que ya hablamos anteriormente.
- *C) La movilidad.* Se trata de un apartado que abarca desde el estudio de los movimientos migratorios (sean permanentes o temporales) hasta la movilidad diaria o cotidiana, y que, para el caso de Canarias, se debe añadir el estudio de la movilidad turística, una de las más importantes del mundo si tenemos en cuenta la relación entre el número de visitantes que llegan anualmente a las islas con la superficie de las mismas. En relación a la movilidad migratoria, indicar que Canarias es la quinta región con mayor saldo migratorio de España, predominando la inmigración extranjera sobre la nacional. Esta población inmigrante tiende a concentrarse en torno a las capitales y centros turísticos, lo que, unido a los intensos flujos de turistas que reciben las islas cada año (13 millones en 2019), incrementa sobremanera el problema de la distribución territorial de la población. Y, aparejado a esto, se acrecienta el fenómeno de la movilidad diaria pendular con sobresaturación de vehículos en torno a los mismos espacios urbanos.

Partiendo de la síntesis descrita en los tres ejes de actuación anteriores, no es difícil imaginar la complejidad del reto que debe afrontar Canarias para reducir los desequilibrios geodemográficos que presenta, teniendo en cuenta que se trata de un espacio fragmentado territorialmente y con singularidades geográficas, económicas y sociales diversas según las islas. En el momento presente, dado que, ni siquiera se ha llegado a concluir un diagnóstico que permita diseñar las líneas de acción, sólo podemos formular conjeturas de futuros escenarios. Por tanto, en los próximos años se tendrán que abordar, de manera sincrónica, investigaciones que evalúen las políticas y acciones que se establezcan para incidir sobre los desequilibrios socioterritoriales del Archipiélago.

Conclusiones

Uno de los principales problemas que presenta la Unión Europea a nivel estructural tiene que ver con los desequilibrios interregionales de distinta índole. Estos desequilibrios

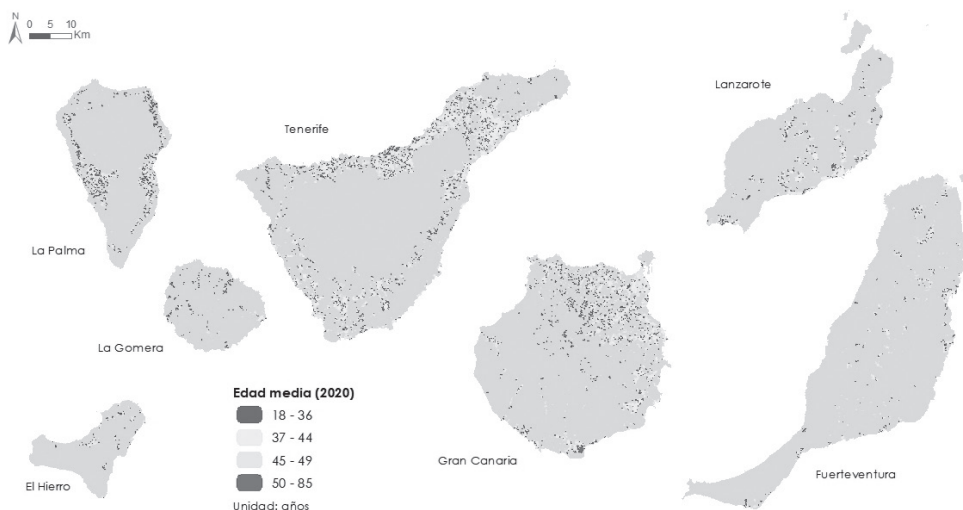


Fig. 8. Edad media por cuadrícula de 250m (2020). Fuente: Mala estadística 250m (ISTAC). Elaboración propia.

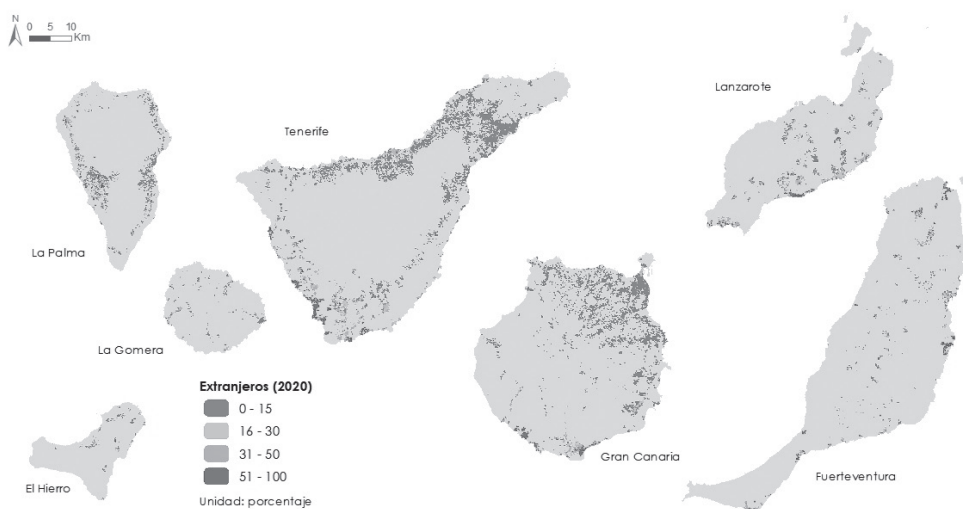


Fig. 9. Concentración de la población extranjera por islas (2020). Fuente: Mala estadística 250m (ISTAC). Elaboración propia.

pueden presentar dimensiones diversas, desde variables económicas a sociales y demográficas. Esta última, presenta, en la actualidad, una serie de retos que son afrontados desde diferentes instancias de la Unión. Para ello, se desarrollan una serie de programas de acción encaminados a reducir los desfases poblacionales entre aquellas regiones más deprimidas -normalmente rurales- y las de mayor dinamismo demográfico. En otras palabras, entre unas regiones que pierden población y se ven afectadas por preocupantes procesos de envejecimiento, y otras que concentran un gran número de habitantes y con una estructura

poblacional más joven, situación favorecida por los aportes de población inmigrante; realidad que contrasta con la existente en los espacios rurales. Estas dinámicas demográficas identificadas a nivel de regiones europeas, también tienen su reflejo en el ámbito local. Por tanto, se trata de un fenómeno perceptible a diferentes escalas. Los estudios de caso aportados en este trabajo son una muestra de ello. Dos regiones insulares con características geográficas diferentes: Cerdeña y Canarias, son coincidentes en determinados fenómenos geodemográficos como el abandono de las zonas rurales del interior insular, el envejecimiento de la población y la concentración económica y demográfica en el litoral.

Agradecimientos

Este trabajo se realizó en el marco de los proyectos “InnTerr” (Innovazione, Inclusione & studi interdisciplinari per lo sviluppo del Territorio) y “Destinazioni Smart e turismo sostenibile: sistemi di monitoraggio e misurazione delle performance”, coordinados por la Universidad de Sassari.

Atribuciones

El diseño del trabajo y la investigación bibliográfica son comunes para todos los autores. Para fines de evaluación italiana: el apartado 1 se atribuye a Camerada M.V., el apartado 2 a Carrus S., los apartados 3 y 4.1 a Lampreu S. y los apartados 4.2 y 5 a Jerez Darías L.M.

Referências bibliográficas

- Battino S., & Lampreu S. (2017). Strategie di valorizzazione e promozione in chiave turistica del patrimonio culturale nelle aree interne. Un Caso in Sardegna. *Annali del Turismo*, 59-76.
- Breschi M. (2013, Ed.). *Popolazione e transizione demografica in Sardegna*. Udine: Forum.
- Brundu B. (2017, Ed.). *Movimenti di popolazione in Sardegna nel nuovo millennio*. Udine: Forum.
- Cavuta G., & Ferrari F. (2018, Eds.). *Turismo e aree interne*. Roma: Aracne.
- Cole J.P. (1993). *Gli squilibri territoriali*. Milano: FrancoAngeli.
- Díaz Hernández, R., & Domínguez Mujica, J. (2016). De la base a la cúspide de la pirámide de población: el proceso de envejecimiento de las Islas Canarias en el horizonte de 2020. *XXI Coloquio de Historia Canario-Americana* (2014), XXI-066.

- ENRD (2018). *Borghi intelligenti. Nuova linfa per i servizi rurali*. Lussemburgo: Ufficio delle pubblicazioni dell'Unione europea.
- _____, (2017). *Shrinking rural regions in Europe. Towards smart and innovative approaches to regional development challenges in depopulating rural regions*. Luxembourg: ESPON EGTC.
- _____, (2020). ESCAPE. *European Shrinking Rural Areas: Challenges, Actions and Perspectives for Territorial Governance, Applied Research*, Interim Report. Luxembourg: ESPON EGTC.
- European Commission, Directorate-General for Agriculture and Rural Development (2020). *Pilot project – Smart eco-social villages – Final report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, <https://data.europa.eu/doi/10.2762/100370>
- Eurostat (2022). *Eurostat regional yearbook – 2022 edition*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/15234730/15242104/KS-HA-22%E2%80%911001-EN-N.pdf/ffb89e8c-a7c9-517e-101f-13462ba1cf65?t=1667398021883>
- Garau G., Tola A., Camerada M.V., Lampreu S., & Carrus S. (2021). Economic and social polarization dynamics in the EU. *Working papers CRENoS*, 1-19.
- Lampreu S. (2022). La strategia degli smart villages per la valorizzazione delle aree rurali. Una possibile applicazione in Sardegna. In S. Battino (Ed.), *Il turismo per lo sviluppo delle aree interne. Esperienze di rigenerazione territoriale*, Studi Monografici dell'Associazione Italiana di Cartografia. (pp. 61-80). Trieste: EUT Edizioni Università di Trieste.
- _____, (2023). *Aree rurali e turismo. Politiche, strumenti e strategie di sviluppo territoriale*. Roma: Tab Edizioni.
- León Santana, J. S., & Godenau, D. (2015). Turismo, migraciones y mercado de trabajo en Canarias. *Revista Atlántida*, 6, 69-99.
- Mazzette A. (2002, Ed.). *Modelli di turismo in Sardegna. Tra sviluppo locale e processi di globalizzazione*. Milano: FrancoAngeli.
- Meloni, B. (2015, Ed.). *Aree interne e progetti d'area*. Torino: Resenberg & Seller.
- Monaco F., & Tortorella W. (2015, Eds). *I Comuni della Strategia Nazionale Aree Interne*. Prima edizione – 2015. Roma: Fondazione IFEL.
- Prezioso M. (2020, Ed.). *Quale Territorial Impact Assessment della Coesione Territoriale nelle regioni italiane*. Bologna: Pàtron Editore.
- Scanu G., Donato C., Mariotti G., Camerada V., Battino S., Podda C., & Lampreu S. (2019). Inner and Internal Areas in the European Cohesion Policies. In Prezioso M., & F. Dini (Eds.), *Territorial Impact Assessment of Territorial Cohesion in Italy* (pp. 25-36). Roma: Bollettino della Società Geografica Italiana.
- _____, & Lampreu S. (2015). Osservazioni sui riflessi territoriali delle politiche di coesione dell'Unione Europea in Sardegna. In Marconi M., & P. Sellari (Eds.), *Verso un nuovo paradigma geopolitico. Raccolta di scritti in onore di Gianfranco Lizza*, Tomo I – Tomo II (pp. 493-596). Roma: Aracne Editrice.
- Unión Europea (2022). *La cohesión en Europa en el horizonte de 2050 – Octavo informe sobre la cohesión económica, social y territorial*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Sitografia

<http://www.gobiernodecanarias.org/istac/>

<http://www.sardegnaprogrammazione.it>

<https://ec.europa.eu/eurostat>

<https://sardegnapsr.it>

<https://www.agenziacoesione.gov.it>

<https://www.ine.es>

<https://www.istat.it>

<https://www.sardegna statistiche.it/argomenti/turismo/>